



Revista Brasileira de História

ISSN: 0102-0188

rbh@edu.usp.br

Associação Nacional de História
Brasil

Lourenço, Elaine

História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica

Revista Brasileira de História, vol. 28, núm. 56, diciembre, 2008, pp. 385-406

Associação Nacional de História

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26305606>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

História Nova do Brasil: **revisitando uma obra polêmica**

História Nova do Brasil: *revisiting a polemical work*

Elaine Lourenço*

RESUMO

Este artigo busca discutir os textos e os propósitos da coleção *História Nova do Brasil*, produção conjunta do Ministério da Educação e Cultura e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) lançada em 1964 e logo abortada pela ditadura militar. Busca-se reconstituir o contexto da época com vistas a apresentar as múltiplas influências sobre esse projeto, bem como analisar suas repercussões e os debates e embates que gerou, com a intenção de recuperar esse importante esforço de renovação do ensino da História entre nós.

Palavras-chave: *História Nova do Brasil*; historiografia e ensino de História; ditadura militar.

ABSTRACT

This article discusses the texts and purposes of the *História Nova do Brasil* series, a joint production of the Ministério da Educação e Cultura and the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) launched in 1964 and soon aborted by the military dictatorship. The intent is to reconstitute its context to present the many influences on this project and to examine its impact and the debates and disputes that resulted, to try to recover the details of this important effort at renewing the teaching of history in Brazil. Keywords: *História Nova do Brasil*; historiography and History teaching; military dictatorship.

* Doutoranda em História Social — FFLCH/USP, Professora da Universidade Nove de Julho (Uninove/SP) — Rua Dr. Adolfo Pinto, 109 — Barra Funda. 01156-050 São Paulo — SP — Brasil. elainelou@uol.com.br.

Elaine Lourenço

Era, então, professor do Iseb. Ensaiaava as minhas primeiras tentativas, como professor, de explicar a história de um ponto de vista nacionalista. Na *História Nova* tentamos aplicar esta interpretação.

Confesso que considero, hoje, esta interpretação um despropósito já à época em que escrevemos a *História Nova*. Os reclamos que ela continha contra os livros didáticos eram justos, mas superficiais e ingênuos.

Pedro de Alcântara Figueira, 1993

Pensando retrospectivamente, é bem possível que o antagonismo à *História Nova* — além do fato de ter sido feita no Iseb, num Departamento dirigido por uma figura nacionalmente conhecida como autor marxista, e ser extremamente crítica à historiografia didática existente — tivesse também um componente geracional e de orgulho profissional. Afinal de contas, como é que “pirralhos”, alguns deles ainda não diplomados, ousavam afrontar o *establishment* universitário? Esta “inveja” de nossas múltiplas atividades precede a *História Nova*. E não era somente causada por nós, apesar de termos sido, nós do Curso de História, mais ativos culturalmente. Era o clima reinante em toda a FNFi, o espírito do estudantado de toda uma geração.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, 1993

Estas duas epígrafes referem-se à *História Nova do Brasil*, que se originou da *Coleção História Nova*, publicada pelo Ministério da Educação e Cultura, por meio da Campanha de Assistência ao Estudante (Cases), em 1964. Escrita em conjunto por Joel Rufino dos Santos, Mauricio Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré, todos vinculados ao Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) — do qual Sodré era o diretor —, a coleção previa dez títulos, dos quais foram publicados cinco até 1964, quando a edição foi suspensa pela ditadura militar recém-instaurada. No ano seguinte, a editora Brasiliense republicaria alguns deles, agrupados em dois volumes, o de número um e o de número quatro, em um plano, não concretizado, que pretendia totalizar seis. Três décadas depois, em 1993, uma coleção intitulada *Memória Brasileira*, lançada pelas Edições Loyola e pela Editora Giordano, juntou novamente os autores para que fizessem

um balanço da obra, publicado com o primeiro dos títulos originais, “O Descobrimento do Brasil”.

É no contexto de tal balanço que encontramos ambos os Pedros a anunciar visões tão diferentes para o trabalho que escreveram conjuntamente nos tempos de juventude. De modo bastante sintomático, o editor Cláudio Giordano anuncia logo em sua apresentação que, ao pensar na *Coleção Memória*, logo se lembrou do episódio referente à *História Nova do Brasil*. Ao procurar os autores para que escrevessem seu depoimento sobre o assunto, alguns se mostraram reticentes; nesse momento, o editor interveio: “Minha réplica simples foi mostrar aos mais recalcitrantes que a *HNdB*, independentemente de suas qualidades e defeitos, faz parte da nossa recente (e sofrida) história”.¹ Giordano encerra seu texto afirmando acreditar que, exceção feita a Nelson Werneck Sodré, os demais autores talvez preferissem não ter participado da referida experiência. Esta pode ser uma das explicações para os comentários desiguais dos autores, como bem exemplificam as epígrafes.

Esta história, que já não é muito nova, fica ainda mais velha frente à sua pequena divulgação nos dias que correm. Para retomá-la, este artigo pretende apresentar a *História Nova do Brasil* no momento de seu nascimento, buscando não só suas ligações institucionais com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e com a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), como também os possíveis elos entre a obra, os questionamentos e propostas para o ensino de História intentados no começo da década de 1960 e as novas orientações do Partido Comunista do Brasil (PCB), que, iniciadas com a “Declaração de Março” de 1958, desenvolviam-se à mesma época.

É preciso considerar, de início, que os estudos sobre o ensino de História cresceram enormemente nas últimas décadas. No próprio período em que foi gestada a *História Nova do Brasil* as publicações sobre esse assunto eram absolutamente escassas, situação que permaneceu inalterada no decorrer da década de 1970. Nos anos 80, expressando a um só tempo o esgotamento das fórmulas pedagógicas habituais e desejos de outras apropriações e transmissões do conhecimento histórico, surgem duas obras que virariam referência na área, ambas coordenadas pelo professor Marcos Antonio da Silva: a primeira delas, o livro *Repensando a História*, foi publicado em 1984; a segunda, o número 19 da *Revista Brasileira de História* (set. 1989 — fev. 1990), lançada com outro título sugestivo, *História em quadro-negro*. Em 1997, o livro *O saber histórico na sala de aula*, organizado pela professora Circe Bittencourt a partir dos debates do 2º Encontro “Perspectivas do Ensino de História”, realizado em 1996 (oito anos depois do primeiro), também marcaria época,

tornando-se desde então um título emblemático das discussões empreendidas durante a década.² Paralelamente, em 1993 nasceu o Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História (Enpeh) e atualmente, a cada dois anos, de forma alternada, ambos os encontros discutem temas voltados ao ensino de História.

Os marcos aqui citados não são rígidos, mas mostram que a discussão sobre o tema extrapolou as iniciativas individuais ou da Anpuh e se ligou a grupos específicos, ramificados por todo o Brasil e dedicados a discussões as mais variadas. Nelas, de forma geral, o livro didático de História tende a ser visto mais como uma produção cultural, que envolve conteúdos, disputas, embates e a própria circulação do saber e de mercadorias, do que simplesmente como um veiculador de idéias curriculares neutras, a serem aplicadas na escola.³ Assim, em conformidade com essa perspectiva, o presente trabalho, que se insere em um projeto maior que visa discutir o ensino de História nas décadas de 1960, 1970 e 1980 em São Paulo, pretende investigar como se dá a produção de uma obra tão peculiar como a *História Nova do Brasil*, voltada para o ensino, mas editada no seio do próprio Ministério da Educação, e as relações que essa edição irá ter na sociedade brasileira do período.

Vale notar, ainda, que a existência de um livro didático não é garantia, por si, de renovação do ensino de História. O fato é que, a despeito de ser gestado como um documento quase oficial, isso não é garantia de que ele seja o novo modelo a ser implantado pelos professores. Ao contrário, os trabalhos mais recentes demonstram que a “cultura escolar”, um conceito novo, que implica não mais olhar a escola como mero aparelho reprodutor de idéias, seja do Estado, seja da Academia, é que determina as mudanças que ocorrerão ou não no âmbito do ensino. Não é propósito deste texto discutir essa apropriação da *História Nova do Brasil* nas escolas, mas apenas verificar quais as intenções de quem o gestou, seja em relação às propostas para a sociedade contemporânea à obra, seja em relação à própria visão do que deveria ser ensinado na história escolar.

O ISEB E A FNFI NAS ORIGENS DA *HISTÓRIA NOVA DO BRASIL*

No Brasil, a década de 1950 foi marcada por grande euforia. A despeito das fortes e persistentes desigualdades sociais, havia um clima de otimismo, baseado na crença de que chegara o momento de o país superar seus entraves e se modernizar. Entre a memória e a história, o texto dos professores Fernan-

do Novais e João Manuel Cardoso de Mello nos traz uma idéia do que então acontecia:

Os mais velhos lembram-se muito bem, mas os mais moços podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. Esse alegre otimismo, só contrariado em alguns rápidos momentos, foi mudando a sua forma. Na década dos 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância. De 1967 em diante, a visão de progresso vai assumindo a nova forma de uma crença na modernização, isto é, de nosso acesso iminente ao “Primeiro Mundo”.⁴

O ideal de construção da nação e da civilização brasileira, de acordo com os autores, deu “vida à imprensa, às universidades, aos movimentos culturais, aos sindicatos, aos partidos políticos progressistas, a campanhas como a do ‘Petróleo é nosso’”. Segundo eles, “o ideário era amplo, formulado às vezes com a precariedade própria de tudo o que nasce no calor da luta política” (Novais, 1998, p.616). Nessa agenda, colocava-se a reforma agrária, para acabar com o poder do latifúndio e evitar as migrações campo-cidade; a criação de uma escola pública e republicana de massas; o aumento dos salários e a ampliação dos direitos sociais; o controle do poder do capital, especialmente o multinacional, e o controle público dos meios de comunicação de massa. No entanto, o agrupamento de tais idéias em uma frente ampla enfrentou a resistência de poderosos interesses, tanto dos grupos nacionais detentores do capital — banqueiros, empresários e latifundiários — quanto do governo dos Estados Unidos. É no confronto desses dois campos opostos que podemos entender a sociedade brasileira na década de 1950.

A criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), em 1955, no governo de Café Filho, é mais um momento importante da década. Segundo Caio Navarro de Toledo, o Iseb é herdeiro do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), fundado em 1952 e que realizava periodicamente encontros interdisciplinares que discutiam a realidade brasileira. A aproximação de parte dos intelectuais fundadores com o poder federal lhes permitirá fazer uma transição do Ibesp, uma entidade particular, para o Iseb, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura.⁵ Há que se ressaltar, também,

que, a despeito de a instituição ter sido criada no governo de Café Filho, foi no de Juscelino Kubitschek que ela ganhou um grande impulso, com a destinação de uma sede própria, uma mansão na rua das Palmeiras, no Rio de Janeiro, e verbas para publicações e cursos. Essa aproximação com o poder fazia que, de alguma forma, as idéias discutidas tivessem uma repercussão nos debates sobre as perspectivas do desenvolvimento do Brasil. O próprio Caio Navarro de Toledo defende a idéia de que o Iseb é uma “fábrica de ideologias”, termo que seria aceito por todos os membros do Instituto, exceção feita a Nelson Werneck Sodré, que caracterizava a ideologia como um falso pensamento, o qual tinha a intenção de justificar e perpetuar o poder nas mãos dos grupos dominantes.

Uma outra peculiaridade do Iseb é o fato de que nele se encontravam grupos com idéias divergentes, o que propiciava acaloradas discussões, mas permitia uma saudável convivência conjunta — ao menos até 1958, quando os debates em torno do livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, de Hélio Jaguaribe, se radicalizaram, o que fez o autor da obra, bem como outros isebianos, deixarem a instituição. De qualquer forma, a possibilidade de um convívio entre intelectuais com idéias muito distintas foi favorecida porque havia entre eles uma perspectiva comum, a de se envolver na resolução dos problemas do Brasil; nas palavras de Caio Navarro de Toledo, “foi o Iseb, no Brasil contemporâneo, a instituição cultural que talvez melhor simbolizou e concretizou a noção (e a prática) do engajamento do intelectual na vida política e social de seu país”.⁶ De modo muito característico, de 1955, quando foi fundado, até 1964, quando foi extinto pelos militares, o Instituto passou por várias fases, a última das quais, entre 1961 e 1964, é vista como a que teve uma atuação mais marcante da esquerda e que mais se aproximou dos movimentos sociais da época:

Enquanto outros intelectuais progressistas faziam críticas ao engajamento político, os isebianos — particularmente, os da última fase — sintonizavam-se com a dinâmica das lutas sociais existentes no país. Nesse sentido, não se limitaram a atuar no âmbito da casa da rua das Palmeiras, na cidade do Rio de Janeiro. Organizavam cursos extraordinários em várias capitais e faziam conferências em diferentes espaços (sindicatos de trabalhadores, entidades patronais, associações de profissionais liberais, universidades, centros estudantis e culturais etc.). Escreviam, em linguagem popular, pequenos livros dirigidos aos setores populares; assinavam artigos em jornais e revistas progressistas reivindicando a realização das reformas estruturais e, durante os nove anos de existência do Instituto, se

posicionaram ativamente contra as constantes ameaças ao regime democrático vigente.⁷

Gestada no interior do Iseb, a *História Nova do Brasil* expressava, a seu modo, tal sintonia. Mas a coleção também devia muito a outra instituição: a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi). Os autores, novamente com a exceção de Sodré, lá cursavam História e tinham um profundo envolvimento com o movimento estudantil, muito atuante na sociedade no início dos anos 60. No âmbito acadêmico, os estudantes editavam o *Boletim de História*, que era a única publicação da Universidade feita por alunos; no entanto, para realizá-la eles precisavam contar com o aval dos professores, e, por essa razão, a revista trazia textos de teor mais inovador ao lado de outros pautados por uma visão “tradicional” da História. No livro da *Coleção Memória*, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto ressaltava esse fato, atribuindo à Faculdade e ao movimento estudantil um papel importante em relação aos fatos. Como já apontou o historiador João Alberto da Costa Pinto, “é no seio do Centro de Estudos de História da FNFi que encontramos, de modo efetivo, não só os maiores responsáveis pela realização do projeto História Nova, mas também o ambiente gerador das inquietações que as reformas do projeto impunham”.⁸

Nesse sentido, encontramos em uma edição do *Boletim de História* do primeiro semestre de 1961 um texto assinado por José Luiz Werneck da Silva, que fora apresentado no 1º Congresso Brasileiro de Universitários de História, realizado em São Paulo em julho de 1960, e também no 1º Congresso de Professores do Ensino Médio Oficial do Estado da Guanabara, realizado no Rio de Janeiro no mesmo mês. O autor diz tratar-se de parte dos documentos apresentados nos eventos e analisa o livro didático de História, chegando às seguintes conclusões:

A tendência de nosso século em popularizar a instrução secundária, está ampliando extraordinariamente o mercado do Livro Didático, aos quais as Editoras via de regra dão um cunho comercial, raras vezes se atendo ao sentido cultural inerente.

O Estado — além de uma supervisão que se mostra falha (CNLD), de uma orientação para o docente (Cades, Inep, por exemplo) ou do barateamento de bom material didático (CNME) — deveria concorrer no mercado do Livro Didático, publicando, a preço de custo, os compêndios selecionados em rigoroso

concurso (outra letra morta na legislação da CNLD!), dos quais se exigiria elevada qualidade no fundo e na forma.

Isto forçaria os Editores a aprimorar suas publicações.

Mas nada será duradouro se o Professor Secundário (cujo trabalho em classe é afinal a última palavra) não estiver dotado, conceitual e tecnicamente, seja para sanar as deficiências dos Livros Didáticos em uso, seja para, publicando-os, neles imprimir as inovações didático-pedagógicas que a Universidade está obrigada a lhe fornecer.⁹

Aqui se percebem duas discussões importantes levantadas pelo autor ao longo de seu texto: a primeira, que cabe ao Estado a interferência no mercado dos livros didáticos, tanto para forçar um preço menor para as obras como para garantir sua qualidade; a segunda, que cabe ao professor um papel primordial em relação a essas obras, já que eles devem ser não somente os seus autores, como também seus consumidores.

Essa discussão repercutiria nos anos seguintes. Em outubro de 1962, o Conselho Federal de Educação, ao discutir a regulamentação da legislação sobre a organização do currículo de nível médio, assegurava plena liberdade aos autores de livro didático, com a qual os autores ganhavam autonomia para escrever suas obras. Porém, o poder público, pouco mais tarde, passaria a intervir no mercado editorial, alterando “as normas que regulamentavam a compra de livros didáticos para serem utilizados nas escolas, com recursos do governo federal”, conforme apontado por Lucia Maria Paschoal Guimarães e Nanci Leonzo, que ressaltam ainda:

De acordo com o disposto no Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964, as obras publicadas pelo MEC passavam a figurar *obrigatoriamente* entre os títulos selecionados, para integrar as bibliografias indicadas por estabelecimentos públicos e privados, nas diferentes disciplinas e séries, tanto do curso elementar, quanto do de nível médio. Medida que também iria impulsionar a chegada da *História Nova* às salas de aula.¹⁰

Assim, junto ao propósito maior, isebiano, de intervir na sociedade brasileira, a *História Nova do Brasil* trazia a marca dos anseios da FNF, visando exercer influência renovadora sobre a prática de nossos professores de História. Essa convergência, aliás, transparece na própria composição do projeto: se seus já citados autores eram oriundos da Faculdade, e os dois citados Pedros já atuavam também como professores, da parte da Cases o contato era

Roberto Pontual, que, segundo Werneck, fora estagiário do Iseb e agora se encontrava no Ministério da Educação e Cultura.

A COLEÇÃO, SEUS PROPÓSITOS E PERCALÇOS

A *Coleção História Nova*, inicialmente, previa dez títulos, assim pensados: 1. “O descobrimento do Brasil”; 2. “A sociedade do açúcar”; 3. “As invasões holandesas”; 4. “A expansão territorial”; 5. “A decadência do regime colonial”; 6. “A independência de 1822”; 7. “Da Independência à República”; 8. “O sentido da Abolição”; 9. “O advento da República”; e 10. “O significado do Florianismo”. Com relação às suas intenções, elas eram assim anunciadas na contracapa dos volumes, assinada por Roberto Pontual:

Ao entregar a professores e estudantes a presente monografia, a Campanha de Assistência ao Estudante (Cases) do Ministério da Educação e Cultura tem plena convicção de estar contribuindo, à sua maneira, para o desenvolvimento coerente e acelerado do processo histórico brasileiro.

Sua origem — assim como a de todas as demais que compõem esta coleção — prende-se à tentativa já impostergável de reformular, na essência e nos métodos, o estudo e o ensino de nossa história ...

Dentro de tal perspectiva reformuladora é que surgiu a coleção *História Nova*, de que faz parte esta monografia. Resta esperar; de professores e estudantes, que de uma nova reflexão sobre os dados componentes de nossa história se passe de imediato àquela ação capaz de dar ao povo brasileiro o Brasil que ele realmente anseia.

O texto de Pontual enquadra-se na perspectiva militante já discutida anteriormente, e é nesse sentido que ele aponta que a reflexão sobre a história do Brasil deveria levar à ação, ou seja, conhecer o processo histórico brasileiro serviria como elemento propulsor do engajamento na modificação da realidade. Os próprios autores, já na apresentação da coleção, transcrita em todas as monografias da Cases (e, depois, como “Introdução Geral” na edição da Brasiliense), anunciavam, no mesmo tom, que “procuram contribuir para a reforma da História no Brasil, atendendo assim às exigências dos que marcham com a História”. As monografias eram escritas por algum dos integrantes do grupo e depois todos se reuniam para discutir o texto e propor alterações. Segundo os relatos, todos os textos eram debatidos por todos, e o próprio Nelson Werneck Sodré declara que, além de não ser o autor de nenhum texto

básico, nem sempre suas idéias prevaleceram nos debates sobre o conteúdo: “posso hoje confessar, e o faço lisamente, que não me coube a função de relator de texto algum, participei da discussão de todos e fui vencido em alguns casos, prevalecendo a opinião de outros autores”.¹¹

Os autores admitem na apresentação das monografias que não trazem nada novo para o ensino da História, mas que estão baseados nas reformas da Educação, citando, até mesmo, a discussão do Conselho Federal de Educação, anteriormente mencionada, acerca dos conteúdos para as disciplinas do ensino médio, a História entre elas. Acompanhando o documento oficial, a coleção defende que a história do Brasil seja vista de forma integrada à História Mundial, mas não só: ainda se propõe a alargar o campo da disciplina, ao fazer o “povo” nela ingressar, por um lado, e, por outro, ao estender o estudo do passado até o presente. Como aspecto significativo, ao fim do texto de apresentação os autores pedem que lhes sejam enviadas críticas de seus textos, como formas de aperfeiçoá-los.

Ao longo da coleção, esse diálogo passado-presente e a importância da atuação de cada um na sociedade brasileira aparecem em diversos momentos. Um exemplo que pode ser citado é o do último parágrafo das “Notas Introdutórias” ao volume da Independência:

A história de nosso país, sem a clara percepção das influências que recebe dos acontecimentos internacionais, será sempre inexplicável. As repercussões dos fatos internacionais atuais, para a História do Brasil de hoje, comprovam esta afirmativa. E é somente como explicadora do presente, através da análise científica do passado, que a História é válida. A tarefa fundamental dos homens que trabalham com a História é possibilitar a participação consciente de todos na resolução dos problemas de nosso tempo.¹²

Como testemunha de seu tempo, foi no enfrentamento com as forças conservadoras que se deu a recepção da obra. O primeiro grande setor de oposição à coleção se constituiu na imprensa, notadamente nos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*; segundo Sodré, só o “Estadão” dedicou cinco editoriais a difamar a publicação.¹³ Em seu texto sobre a *História Nova*, Sueli Mendonça traz um desses editoriais, publicado às vésperas do golpe, em 7 de março de 1964:

Então, apesar de todas as evidências em contrário, ainda se obstina uma minoria em pensar que a sociedade brasileira está se tornando marxista? Eis aí porque é, entre outras mil razões, que o livro didático está caro, o cruzeiro está se

aproximando do zero absoluto. O Governo gasta o nosso rico dinheiro, ou nosso pobre dinheiro, em coisas como esta [História Nova] que tenho diante de mim. E note bem, leitor, que a coisa a que me refiro não é inútil. Não. É nociva. Não creio que chegue a plasmar uma nova alma brasileira como pretendem os seus autores, nenhum dos quais conheço com o nome de historiador; mas pode fazer mal a muito moço despreparado, a muito rapaz ressentido, a muita moça feia e sem namorado.¹⁴

O termo “nociva” utilizado pelo jornal não deixa margem a dúvidas: não se tratava de criticar posturas teóricas, ou divergências científicas, até porque a legislação citada permitia liberdade para os autores de obras didáticas. Tratava-se de desqualificar uma obra utilizando-se de termos pejorativos, afinal, ninguém em sã consciência gostaria de ser “moço despreparado”, ou “rapaz ressentido”, ou, pior ainda, “moça feia e sem namorado”... Em contrapartida, a recepção por parte dos leitores foi bastante calorosa, segundo os autores, que afirmam ter recebido cerca de trezentas cartas elogiando a iniciativa e apenas uma desfavorável, justamente a que tinha como remetente um autor de livros didáticos — portanto, concorrente da obra em questão.¹⁵

O golpe militar trouxe novos elementos para a recepção da obra, além dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) dos quais foram alvo todos os autores e da depredação e do fechamento do Iseb, que levou ao desaparecimento dos títulos ainda em composição. De acordo com Nelson Werneck Sodré:

Sobre essa coisa desimportante, errada, desqualificada, manifestaram-se em “pareceres” o Estado Maior do Exército, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Comissão Nacional do Livro Didático, etc. É muita força para tanta fraqueza. Além disso, apreenderam duas edições dela, a oficial e a particular; exilaram ou prenderam os seus autores e muita coisa mais. Parece, pois, que a obra não é assim tão insignificante.

Escrito por Sodré no calor da hora, o texto do qual se extraiu essa citação foi publicado na *Revista Civilização Brasileira* em setembro de 1965, sendo depois integrado ao seu livro *História da História Nova*, em 1986, e também ao livro editado por Cláudio Giordano. O autor faz uma defesa apaixonada da obra e lastima que professores e pesquisadores se prestassem ao papel de fazer críticas ideológicas à obra sem discutir o seu caráter científico. Seu principal alvo é o historiador Américo Jacobina Lacombe, relator do parecer do IHGB, contra quem, na seqüência, faz o seguinte comentário:

Lacombe escreveu sua infâmia numa revista lida por trinta mil pessoas; eu lhe respondo em outra lida por cem mil pessoas. Não voltarei, pois ao assunto. Lacombe está morto: sobrá dele o que aqui ficou registrado, e nada mais. Que repouse em paz. Triste ironia do destino, que pretendeu fazer crítico de obra científica a quem apenas estava destinado a ser encarregado de IPM!¹⁶

Tantas pressões fizeram que a publicação da coleção fosse suspensa pelos militares ainda em 1964. Quando isso se deu, cinco de seus volumes haviam sido publicados (1, 3, 4, 6 e 7), três estavam em composição e dois ainda não tinham sido entregues pelos autores. No mesmo ano, após deixar a cadeia onde esteve preso por dois meses em função de vários inquéritos instaurados pelos militares, Nelson Werneck Sodré procurou a editora Brasiliense para que publicasse uma nova edição da obra. Fez isto, segundo declarou em artigo escrito para a revista *Civilização Brasileira* de julho de 1965, em função da penúria dos autores, privados de seus vencimentos com a extinção do Iseb. Importa dizer que, segundo o autor, naquele momento três deles, Mauricio Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira e Joel Rufino dos Santos, estavam presos em função da autoria da obra, e Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto estava exilado (não há referências ao paradeiro de Rubem César Fernandes). A situação era dramática: os autores foram presos e “desapareceram”, como nos diz Werneck. Foram necessárias muitas buscas por parte dos familiares e amigos para que estes pudessem se encontrar com os acusados, que, então, passaram a ter advogados constituídos para defendê-los. A situação era tão surreal que o autor a compara à famosa novela televisiva *O direito de nascer*, uma vez que os episódios se sucediam sem fim (Sodré, 1993, p.100).

A publicação da Brasiliense previa seis volumes, e em março de 1965 foram lançados dois deles, os de número 1 e 4. O primeiro englobava os quatro primeiros textos da coleção da Cases (“O descobrimento do Brasil”; “A sociedade do açúcar”; “As invasões holandesas” e “A expansão territorial”), e o outro se dedicava aos três últimos temas (“O sentido da Abolição”; “O advento da República” e “O significado do Florianismo”). Entre uma edição e outra, uma diferença significativa está na apresentação material: os volumes da Cases tinham um tamanho pequeno (13 x 19 cm) e suas capas brancas traziam, na metade superior, um símbolo gráfico comum, que variava apenas na cor, e os nomes do Ministério da Educação e Cultura, da Divisão de Educação Extra-Escolar e da Campanha de Assistência ao Estudante, todos em letras pretas e finas; na metade inferior, entre duas barras na mesma cor do desenho do

topo, o título do volume, em letras pretas e cheias, e, no rodapé, em letras pretas e finas, o nome da coleção, acompanhada do número do volume.

Os livros publicados pela Brasiliense, por sua vez, têm um tamanho maior (14 x 21cm) e as capas têm cenas associadas ao período: o volume 1 traz uma cena de produção no engenho de cana, sugerindo escravos trabalhando, e o volume 4 também apresenta uma cena rural, com uma construção que parece ser de uma fazenda ao fundo e três pessoas trabalhando junto a alguém que poderia ser o proprietário do lugar, em primeiro plano. Mais do que as cenas retratadas, chama a atenção o fato de que ambas as capas são coloridas em azul, verde e amarelo, com três listras que se alinham na ordem enunciada, de alto a baixo. Não foi encontrada nenhuma alusão ao fato, que tanto pode sugerir que naquele momento a colocação das cores da bandeira fosse uma forma de tentar ludibriar as autoridades e marcar a obra com um caráter de história oficial, como também pode se associar a uma valorização do nacional, tema importante para as esquerdas do período, e que estaria se refletindo na obra.

Seja como for, dois meses depois do lançamento, os exemplares foram cassados, e os demais números nunca seriam publicados. Afinal, junto a seus propósitos e intenções, naquele momento também falavam alto as ligações “subversivas” de seus autores, todos eles membros do Partido Comunista do Brasil (PCB).

O PCB E A *HISTÓRIA NOVA DO BRASIL*

Em depoimento a Sueli Mendonça, Joel Rufino dos Santos assim se refere ao conjunto de autores que redigiu as monografias da *História Nova*:

Nós nos reuníamos para dividir as tarefas. Marcávamos um tempo para a pessoa pesquisar e redigir. Depois cada um de nós lia a parte elaborada pelo outro e discutia, discutia... Em seguida, o texto voltava para esse autor, para dar a forma final. Em suma, foi uma obra coletiva nesse sentido, cada um redigia a sua parte, sob a supervisão e debaixo da discussão dos outros, do coletivo, dos seis autores.

É preciso dizer, também, que nós não éramos só um grupo de estudo. Éramos um grupo de amigos, de militantes políticos e no meu caso e do Pedro Celso até de futebol... A nossa ligação era muito estreita: nós íamos para a praia e para o Maracanã juntos, estudávamos na mesma faculdade, *éramos do mesmo partido*, quer dizer, era um grupo extremamente coeso. Então isso facilitou.¹⁷

É curioso que, nos depoimentos para o livro de Cláudio Giordano, somente esse autor se refira à sua militância no PCB, afirmando, até mesmo, que o seu nome foi aprovado nas instâncias internas para que fosse indicado para a vaga no Iseb. Os demais não fazem esse tipo de comentário: Maurício Martins de Mello refere-se à Faculdade de Filosofia, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto também (e com grande destaque), Nelson Werneck Sodré não menciona o fato — que, de qualquer forma, é, e era, de conhecimento público. Já o autor que faz a crítica mais contundente ao projeto da *História Nova*, Pedro de Alcântara Figueira, declara que à época era marxista, mas que os anos o fizeram perceber que ele não só não compreendia corretamente a obra de Marx no período, como buscava conciliar algo que era inconciliável: o marxismo e o nacionalismo. De todo modo, se a Faculdade Nacional de Filosofia e o Iseb eram um ponto em comum dos autores, o PCB também o era. Cumpre examinar as teses do Partido para verificar se há vestígios destas na coleção.

Após a morte de Stalin, em 1953, a divulgação de suas atrocidades culminaria nas declarações sobre o “culto à personalidade”, lidas por Nikita Krushchev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado em 1956. De acordo com José Antonio Segatto, essa situação instaurou um grande debate nos Partidos Comunistas espalhados pelo mundo, inclusive no Brasil; aqui, após um período de silêncio, em que a direção buscou se refazer dos acontecimentos, instala-se uma grande discussão no Partido. É no contexto desses novos embates, radicalizados nos anos seguintes, que deve ser lida a “Declaração de Março de 1958”, bem como a *Resolução* do V Congresso, de 1960. Para o autor, é preciso considerar, ainda, os acontecimentos de 1957, que reformulam a direção do Partido no Brasil, excluindo Agildo Barata e trazendo Luís Carlos Prestes novamente para um papel de destaque. Segundo ele:

Excluídos os “renovadores” e neutralizados os “conservadores”, o novo núcleo dirigente sente a necessidade de recuperar a autoridade do Comitê Central (abalada) como centro único e sua credibilidade diante da militância e das direções intermediárias. Esta operação exigiria um esforço renovador dos métodos, concepções e da política.¹⁸

Acompanhando a Declaração de Março de 1958, surge um documento de Luís Carlos Prestes, em que faz a autocrítica do processo anterior e justifica a nova política. Na apresentação que faz aos textos dos documentos do PCB

de 1958 a 1979, Marco Aurélio Nogueira destaca essa declaração como um marco na atuação do Partido frente à sociedade:

A Declaração de Março de 1958, neste sentido, representa o início de uma nova fase na vida do Partido, redefinindo a compreensão que os comunistas tinham do movimento democrático e nacionalista, da política de frente única e do papel da democracia na luta pelo socialismo. E é inegável que, a partir dela, o PCB passou a se inserir de forma mais ativa na sociedade brasileira.¹⁹

Essa nova fase não acontece sem disputas internas, mas o autor salienta que isso não impede o avanço do PCB, que aumenta seus quadros e passa a desenvolver uma ação de massas, o que permite a leitura do projeto da *História Nova do Brasil* também sob essa chave. É preciso ressaltar antecipadamente, porém, que algumas das palavras mais disseminadas do período não fazem parte apenas do ideário comunista, mas freqüentam toda a sociedade, pois, como mostra Marilena Chauí, “quem relê os anais do Congresso, jornais, livros, discursos e panfletos dos anos de 1961 a 1964 encontra em abundância duas expressões: ‘a vontade do povo’ e ‘os magnos interesses da Nação’, ou suas variantes, ‘a consciência popular’ e os ‘verdadeiros interesses nacionais’”.²⁰ No caso dos novos documentos do Partido Comunista do Brasil, eles estavam em perfeita sintonia com esses termos. Na Resolução Política do V Congresso, de 1960, já o item 1 colocava a tarefa dos comunistas desta maneira:

O Partido Comunista Brasileiro, partido da classe operária, tem como objetivo supremo o estabelecimento da sociedade socialista, que se baseia na propriedade social dos meios de produção, põe fim à exploração do homem pelo homem e aos antagonismos de classe. Somente no socialismo o povo brasileiro encontrará não apenas sua definitiva emancipação nacional como a completa libertação social, o pleno florescimento de suas forças produtivas, o caminho aberto para o desenvolvimento de suas forças produtivas, o caminho aberto para o desenvolvimento do bem-estar material, da vida democrática e da cultura espiritual. (Nogueira, 1980, p.39)

Na *Coleção História Nova*, por sua vez, o “povo brasileiro” aparece em vários momentos, desde o texto introdutório já citado, que pretende reformular o ensino de História e nele “fazer aparecer o povo”, e em inúmeras outras menções. O volume 7 da edição da Cases, “Da independência à República”, traz algumas reflexões muito interessantes a esse respeito logo na introdução do texto. Segundo os autores, a nossa independência significou uma ruptura dos senhores de escravos e dos grandes proprietários com Portugal, mas

“houve um alijamento das classes populares da direção dos acontecimentos que conduziram à Independência”, chegando ao paradoxo de chamar Oliveira Viana para corroborar tal idéia. Um outro episódio notável sobre isso aparece na abordagem da Proclamação da República, quando os autores contestam a idéia corrente de que “o povo assistiu bestificado” ao evento, afirmando que: “a História tem mostrado que o povo, pela simples razão de saber onde estão seus interesses, jamais assiste aos acontecimentos ‘bestificado’”. Essa idéia de povo engajado, atuante, guarda semelhanças com a definição feita por Nelson Werneck Sodré em seu opúsculo *Quem é o povo no Brasil*, segundo a qual, “em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive”.²¹

Nesse mesmo texto, ao se referir ao período em que escreve (o início da década de 1960), Sodré chama a atenção para o fato de que as tarefas progressistas e revolucionárias do período seriam “libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio” — idéia em perfeito acordo com as teses do Partido, afirmada inúmeras vezes seja na Declaração de 1958, seja nas resoluções do V Congresso. Estas, logo em seus primeiros itens, conclamavam os comunistas a trabalharem pelo fim do latifúndio e contra o imperialismo, algo “reclamado pelas necessidades objetivas da economia do país” e que corresponderia “aos interesses nacionais e populares” (Nogueira, 1980, p.41) — uma luta também presente em vários momentos da *Coleção História Nova*. É o caso, por exemplo, do volume dedicado ao tema da Abolição, em que o 13 de Maio é visto apenas como uma resolução parcial do problema dos trabalhadores, na medida em que colocara o antigo cativo na mesma condição de outros brasileiros, concluindo que “chegar ao fim do caminho, pelo menos até onde nossa vista alcança agora, é libertar o povo brasileiro do latifúndio e do imperialismo”. De forma mais explícita, referindo-se já às reformas de base e às lutas das forças progressistas, há o trecho final do já citado volume 7 da coleção original, no qual, depois de discutir os problemas relativos à Abolição e à transição para o trabalho livre, os autores propõem:

Estes e outros problemas foram adiados para os nossos dias, quando se colocam soluções com as reformas de base. A luta que se travava pela emancipação nacional, pela emancipação do trabalho, era feita desordenadamente, contando apenas com alguns defensores isolados. Ainda não nos libertamos do subdesenvolvimento, do analfabetismo, da miséria, porque ainda permanecem as mesmas causas: o latifúndio e a exploração do país pelo capital estrangeiro. Há, entretanto, no

momento atual, uma diferença fundamental que é a *luta das forças mais representativas do povo brasileiro* pelas reformas de base e contra a situação de submissão ao capital estrangeiro. Esta é a grande diferença e só ela faz crer que as forças do progresso sairão vencedoras.²²

Aqui, os autores se referem não só ao motivo das batalhas a serem disputadas, como também aos sujeitos que as levam a cabo, as “forças mais representativas do povo brasileiro”. Ou seja, o povo, como já foi analisado — mas é bom realçar o fato de que, agora, tais forças estão agrupadas na defesa de seus interesses. Neste ponto, o texto se assemelha novamente às resoluções do Partido, que atribui a uma frente única um papel importante na construção de um governo nacionalista e democrático. No diagnóstico dos comunistas:

A fim de derrotar o inimigo comum, é necessária a frente única de várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil. A aliança dessas forças resulta de exigências da própria situação objetiva... Pelo conteúdo das modificações que se propõe introduzir na sociedade brasileira é uma frente nacionalista e democrática ... Manifesta-se em múltiplas formas concretas de unidade de ação ou de organização. Entre estas, a mais importante, atualmente, é o movimento nacionalista. (Nogueira, 1980, p.51)

Ainda em relação ao desejo de derrotar o imperialismo, de libertar o povo brasileiro, podem-se situar as inúmeras referências que a *Coleção História Nova* faz ao fato de que não se pode estudar a História do Brasil dissociada da História Mundial. Se esse tema pode ser explicado pela legislação em vigor, como já foi mencionado, há que se notar que entender o contexto mundial é fundamental para quem lê a história do Brasil sob a ótica da dependência que esta guarda com as grandes nações imperialistas, notadamente a Inglaterra, na Independência de 1822, e os Estados Unidos, já no século XX. Há inúmeras referências a essa discussão, como é o caso do primeiro volume, em que os autores situam a importância de entender o Descobrimento do Brasil à luz do processo das Grandes Navegações, bem como o do relativo às invasões holandesas, que traz na introdução esta afirmação:

A clássica divisão de História Geral e História do Brasil não é uma questão didática. Adotá-la é tornar impossível o entendimento da História. Se queremos modificar o conteúdo através do qual se apresenta a nossa História, o primeiro passo é acabar com a forma do antigo conteúdo.²³

Essa monografia, aliás, inova em relação às outras porque ao final apresenta alguns documentos para discussão pelos alunos: o “Testamento Político de Nassau”, um contrato da Companhia das Índias Ocidentais e uma carta de Henrique Dias a Nassau. Segundo os autores, o objetivo era discutir as teses apresentadas e, assim, incentivar o espírito crítico, evitando as repetições tão comuns nas aulas. No entanto, chama a atenção o fato de que os autores ressaltam qual é a leitura que eles desejam: em relação ao primeiro, afirmam que “reflete o pensamento de um representante lúcido do capital comercial”; no segundo, “fica atestado o papel das dívidas dos senhores de terras e engenhos no rompimento da conciliação com os invasores”; e o último espelha “a posição de *luta dos guerrilheiros*, assinalando o espírito de determinação daqueles que nunca se aliaram aos invasores”. Desta forma, o desenvolvimento do tal “espírito crítico” fica comprometido, porque já se oferece uma indicação da leitura a ser feita; além disso, a referência à “luta dos guerrilheiros” mostra mais uma discussão do presente se imiscuindo no passado, afinal, nomear como “guerrilheiros” os que resistiram à ocupação holandesa nos séculos XVI e XVII mostra certo exagero por parte dos autores.

O QUE É POSSÍVEL CONCLUIR

A autoria coletiva das obras, com a discussão dos textos por todos, não impede que eles sejam diferentes e desiguais, tanto na forma como no conteúdo. O exemplo aqui citado mostra uma ênfase maior na história escrita a partir de documentos, o que não acontece em outros volumes da coleção, e a sua valorização na escrita da História. Há ainda outras ênfases, como é o caso do texto sobre a expansão territorial, que traz em suas conclusões uma caracterização dos modos de produção presentes no Brasil Colônia, identificando o modo de produção escravista, nas áreas vinculadas à exportação, e o modo de produção feudal nas outras áreas. Essa leitura por meio do materialismo histórico é original, porém negada pelo próprio Werneck Sodré, que afirma no texto em que combate o parecer de Lacombe que os autores não se pautaram por essa teoria a fim de evitar uma rejeição à obra:

O “principal autor” [forma como Lacombe se referira a Nelson Werneck Sodré em seu parecer publicado na *Revista do IHGB*] confessa a Lacombe e ao Dops que adota o materialismo histórico em suas interpretações. Mas o fato é que a *História Nova do Brasil* não o adota, e isso derivou de deliberado propósito, e não do desejo de agradar a Lacombe. E ele sabe disso, pois, adiante, explana longamente o que,

no seu entender, é o materialismo histórico, mas agora para provar que os autores o aplicaram mal. Eles simplesmente não o aplicaram. (Sodré, 1993, p.105-106)

Um trabalho de investigação sobre as diferenças nos textos certamente revelaria outros pontos de divergência entre eles, que dariam pistas para identificar os redatores originais, “quem” escreveu “o quê”. No entanto, buscando aqui apenas as coincidências, os caminhos que eles juntos trilhavam, pode-se focalizar uma afirmação que aparece na introdução do volume sobre a Abolição e que faz uma profissão de fé em torno de suas idéias: além de se apresentarem como “homens de história, modestamente classificados na condição de professores e estudiosos”, os autores ainda diziam que “a sua consciência de dever de contribuir, neste momento, para o que é afirmação nacional e afirmação popular — e isto representa o avanço — é o seu orgulho e a sua liberdade” (Santos et al., 1965, p.4).

É, enfim, como homens de seu tempo, inseridos nas discussões sobre o nacional e o popular, que aqueles cinco jovens, junto a um historiador e militante notável como foi Nelson Werneck Sodré, buscaram construir a sua história/História. Como homens de seu tempo, pagaram o preço, então alto, por questionar concepções solidamente estabelecidas tanto na escola quanto na sociedade brasileiras, bem como por ousar apontar outros caminhos para a discussão e apreensão do nosso passado. Se os desdobramentos imediatos de tal embate mostraram-se terríveis para os autores e para a obra, o olhar retrospectivo sobre a polêmica que os envolveu só pode enfatizar o quão necessária é a reflexão sobre os sentidos e os interesses sempre presentes na elaboração do conhecimento histórico escolar, o qual, é evidente, não deixa de ser também conhecimento histórico. Afinal, como já observou João Alberto da Costa Pinto, o projeto significou “um momento singular de participação dos intelectuais na organização da cultura nacional. Aquela experiência em torno da divulgação didática do conhecimento histórico para além dos muros acadêmicos, poucas vezes foi repetida”.²⁴ Ou, nas palavras de um de seus autores, Joel Rufino dos Santos:

A História Nova é, portanto, produto de um momento histórico — o início dos anos 60, sinalizado pelo governo Goulart — e de um novo *conteúdo de idéias* — assinalado pela emergência no Brasil do materialismo histórico. Muito da importância e prestígio que teve se deve a que serviu de emblema àquelas circunstâncias. Ela foi para a berlinda desde o dia em que saiu da gráfica e ainda hoje, nos lugares mais distantes, sou apresentado como “um dos autores da

História Nova, lembra?”. Fico orgulhoso ... A *História Nova* mereceu ser um emblema. Era inteligente.²⁵

Assim, se na *História Nova do Brasil* há traços do Iseb, da Faculdade Nacional de Filosofia e do Partido Comunista, há também o texto corajoso de quem se propôs a contribuir com novas discussões para o ensino de História, tão tradicional na década de 1960, tão tradicional ainda nos tempos que vivemos...

NOTAS

¹ GIORDANO, Cláudio. Apresentação. In: SANTOS, Joel Rufino dos et al. *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993. p.9.

² Cf. SILVA, Marcos A. (Org.) *Repensando a história*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984; *Revista Brasileira de História, História em quadro-negro*, São Paulo, v.9, n.19, set. 89-fev. 90; BITTENCOURT, Circe (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

³ Sobre os livros didáticos, a revista *Educação e sociedade* (v.30, n.3, set.-dez. 2004) traz em seu dossiê temático vários textos sobre a produção e a memória em torno dos livros didáticos; é uma entre as muitas publicações sobre o tema (periódicos, artigos e livros), cuja enumeração seria por demais longa. Acerca do tema, vale notar também que, em 2007, realizou-se na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo um Simpósio Internacional a ele dedicado.

⁴ NOVAIS, Fernando A.; MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.) *História da vida privada no Brasil*. v.4: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.560.

⁵ Cf. TOLEDO, Caio Navarro de. Teoria e ideologia na perspectiva do Iseb. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Org.) *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.226. PEREIRA, Alessandro Eugênio. Intelectuais, política e cultura na formação do Iseb. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.130.

⁶ TOLEDO, Caio Navarro de. Apresentação. In: _____ (Org.), 2005, p.7.

⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. Iseb: ideologia política na conjuntura do golpe de 1964. In: _____ (Org.), 2005, p.163.

⁸ COSTA PINTO, João Alberto da. A origem e o sentido político do projeto *História Nova do Brasil*. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.) *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006. p.345.

⁹ WERNECK DA SILVA, José Luiz. Ensino secundário: o livro didático de História. *Boletim de História*, Rio de Janeiro, ano III, n.6, jan.-jun., 1961, p.170-1.

¹⁰ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; LEONZO, Nanci. A reforma de base no ensino da História pátria: o projeto da *História Nova do Brasil*. *Revista de História*, São Paulo, n.149, 2º sem. 2003, p.245.

¹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. Trinta anos depois. In: SANTOS et al., 1993, p.33-34.

¹² SANTOS, Joel Rufino dos et al. *A Independência de 1822 — Coleção História Nova — 6*. Rio de Janeiro: Cases/MEC, 1964. p.9.

¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. História da *História Nova*. In: SANTOS et al., 1993, p.75 (o texto original é de 1965). Cf. também COSTA PINTO, João Alberto da. A origem e o sentido político do projeto *História Nova do Brasil*. In: CUNHA & CABRAL (Org.), 2006, p.344.

¹⁴ MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. Werneck Sodré, *História Nova*: contribuição pioneira ao ensino de História no Brasil. In: CUNHA & CABRAL (Org.), 2006, p.336.

¹⁵ CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchoa. Visões impressionistas da *História Nova do Brasil* e suas circunstâncias, trinta anos depois. In: SANTOS et al., 1993, p.61. À época, ainda de acordo com esse autor, Maurício Martins de Mello levou um mapa para a sala dos pesquisadores no Iseb, a fim de que colocassem bandeiras nos locais de onde se originaram as cartas.

¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. História da *História Nova*. In: SANTOS et al., 1993, p.103-104 e p.111, respectivamente (o texto original é de 1965). Em seu texto para a *Coleção Memória*, Nelson Werneck Sodré retomaria este texto de 1965 para levá-lo ainda mais longe. Em suas palavras, “a *História Nova*, que sofreu a ofensiva reacionária virulenta então desencadeada, preparatória do golpe contra as instituições democráticas e instalação da ditadura, era, ao mesmo tempo, acoimada de primária e errônea e objeto de “pareceres” que a condenavam. Contra ela, acusada de indigna de leitura, forneceram “pareceres” nada menos do que o Estado Maior do Exército, o Instituto Histórico Brasileiro e a Comissão Nacional do Livro Didático. Ela tocara em alguns calos famosos e sagrados, inclusive a máfia do livro didático, no caso, os compêndios oficiais e adotados. Tais “pareceres”, que fariam corar um estudante de primeiras letras, buscavam, assim reunidos e somados, arrasar uma coisa que, por outro lado, era tida como insignificante. O que nos doe, particularmente, foi o papel do Instituto Histórico, veneranda instituição do cônego Januário, onde D. Pedro II assistia sonolentemente às sessões. Conhecido integralista, antigo membro da Comissão dos Quarenta, órgão máximo da AIB (Ação Integralista Brasileira), ramo nacional do fascismo, arvorado em relator de comissão nomeada por aquela instituição, lavrou contra a *História Nova* virulento “parecer”. Ele foi responsável, conseqüentemente, pela prisão e pelo exílio e pela tortura de alguns de seus autores. Teve reconhecidos os seus méritos. É hoje membro da Academia Brasileira de Letras, além de lhe pertencer, como sinecura, parece que vitalícia, a direção de estabelecimento conhecido porque nele residiu Rui Barbosa”. SODRÉ, 1993, p.35-36.

¹⁷ MENDONÇA, 2006, p.338. O depoimento de Joel Rufino dos Santos à autora é de 8 de agosto de 1987; o grifo no texto é meu. De acordo com Paulo Ribeiro da Cunha, a idéia e os temas relacionados à História Nova já estavam presentes em Sodré desde a década de

1930, momento em que passa a se interessar pelo ensino da História e a pensar em possibilidades de reformulação de seu ensino; Cunha refuta, assim, a idéia de que a coleção se vinculasse, nos anos 60, às novas orientações do Partido Comunista do Brasil — embora isso não invalide a possibilidade de que só então se deram as condições propícias para a realização do antigo projeto de Sodré. Cf. CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2002.

¹⁸ SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB: 1954-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p.45ss e p.73 (citação).

¹⁹ NOGUEIRA, Marco Aurélio. Apresentação. In: *PCB: vinte anos de política — Documentos (1958-1979)*. São Paulo: Livr. Ed. Ciências Humanas, 1980. p.IX.

²⁰ CHAUI, Marilena. *Seminários: O nacional e o popular na cultura brasileira*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.65.

²¹ Cf., respectivamente, SANTOS, Joel Rufino dos et al. *Da Independência à República — Coleção História Nova — 7*. Rio de Janeiro: Cases/MEC, 1964. p. 9-10; SANTOS, Joel Rufino dos et al. *História Nova do Brasil — Volume 4*. São Paulo: Brasiliense, 1965. p.52; SODRÉ, Nelson Werneck. *Quem é o povo no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p.22.

²² Cf., respectivamente, SANTOS et al., 1965, p.45; SANTOS et al., 1964, p.72-73, grifo meu.

²³ SANTOS, Joel Rufino et al. *As invasões holandesas — Coleção História Nova — 3*. Rio de Janeiro: Cases/MEC, 1964. p.9.

²⁴ COSTA PINTO, João Alberto da. Nelson Werneck Sodré e o projeto da *História Nova do Brasil*. In: SILVA, Marcos (Org.) *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: Edusc; São Paulo: Fapesp, 2001. p.67.

²⁵ SANTOS, Joel Rufino dos. *História Nova: Depoimento*. In: SANTOS et al., 1993, p.17-18.

Artigo recebido em junho de 2008. Aprovado em setembro de 2008.